



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

**TRATAMENTO TRIBUTÁRIO DIFERENCIADO Nº 205000000623410**

TERMO DE CONCESSÃO Nº 235000000901553

**AUTORIDADE CONCEDENTE**

|                   |                                     |
|-------------------|-------------------------------------|
| <b>CARGO:</b>     | DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA |
| <b>NOME:</b>      | DILSON JIROO TAKEYAMA               |
| <b>MATRÍCULA:</b> | 9579613                             |

**IDENTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS**

| NOME                           | IDENTIFICAÇÃO      | INÍCIO DO BENEFICIÁRIO NA CONCESSÃO | FIM DO BENEFICIÁRIO NA CONCESSÃO |
|--------------------------------|--------------------|-------------------------------------|----------------------------------|
| WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S/A | 07.175.725/0010-50 | 03/2020                             | 31/03/2026                       |

**DADOS DO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO**

|  |  |
|--|--|
| <b>CÓDIGO DO BENEFÍCIO:</b>            | 999  |
| <b>DESCRIÇÃO DO BENEFÍCIO:</b>         | OUTRAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS NÃO CLASSIFICADAS. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS. |
| <b>PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONCESSÃO:</b> | DE 03/2020 ATÉ 03/2026   |

**OBRIGAÇÕES E CONDIÇÕES A CUMPRIR**

**1. DO OBJETO.**

1.1. A beneficiária fica autorizada a proceder à operação de montagem industrial para AEROGERADORES e GERADORES FOTOVOLTAICOS e suspensão do ICMS nas remessas das matérias-primas e produtos intermediários destinados a industrialização fora do estabelecimento (no local da utilização do produto), fato gerador do ICMS no momento em que a operação industrial estiver concluída.

**2. DA VIGÊNCIA.**

2.1. Este Regime Especial entra em vigor na data de sua concessão, com vigência prevista no Despacho Concessório.

2.2. O pedido de prorrogação deverá ser solicitado observando-se o disposto na Legislação Tributária vigente quando de sua apresentação, especialmente quanto às disposições sobre Regimes Especiais contidas no Regulamento do ICMS, Anexo 6.

**3. DOS BENEFICIÁRIOS.**

3.1. Este Regime Especial será aplicável ao(s) estabelecimento(s) da Beneficiária relacionado(s) como beneficiário(s) no Despacho Concessório deste Regime, bem como aos estabelecimentos da Beneficiária que venham a ser constituídos.

**4. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS.**

4.1. A fruição do tratamento tributário diferenciado previsto neste Regime está condicionada ao seguinte:

4.1.1. Ao cumprimento das obrigações tributárias acessórias previstas na legislação, em especial as que regem a regularidade na entrega de informações de natureza cadastral e econômico-fiscais, bem como a emissão de documentos fiscais e escrituração dos livros fiscais e a sua respectiva guarda; e

4.1.2. À regularidade da escrituração fiscal dos documentos e livros fiscais

4.2. O Regime Especial fica sujeito às disposições do art. 8º do Anexo 6 do RICMS/SC-01, aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27/08/01.

#### **5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.**

5.1. O presente Regime Especial é concedido nos termos da legislação tributária vigente, sujeitando-se à legislação vigente e à superveniente, pode ser alterado ou revogado, se do benefício decorrerem efeitos negativos para a economia catarinense; não dispensa o beneficiário, ou qualquer outro interessado, do cumprimento das obrigações tributárias, principais ou acessórias, que não estejam excepcionadas neste ato.

Florianópolis, 27/01/2023

**Documento emitido pelo Sistema de Administração Tributária – S@T, após a autorização eletrônica do Despacho Concessório. Uma cópia deste documento ficou armazenada no Sistema SAT.**

-----O estado atual deste Tratamento Tributário Diferenciado pode ser consultado em [www.sef.sc.gov.br](http://www.sef.sc.gov.br)-----

----